

# FOTOJORNALISMO E CONTROLE BIOPOLÍTICO: enquadramentos de mulheres e famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família<sup>1</sup>

## PHOTOJOURNALISM AND BIOPOLITIC CONTROL: Frames of women and families benefited by the Bolsa Familia Program

Ângela Cristina Salgueiro MARQUES<sup>2</sup>

Viviane Gonçalves FREITAS<sup>3</sup>

Cícero Pedro de Almeida OLIVEIRA<sup>4</sup>

Universidade Federal de Minas Gerais | Brasil

### Resumo

Este artigo analisa as relações entre imagens fotojornalísticas e governamentalidade neoliberal a partir de enquadramentos de mulheres e famílias empobrecidas. São analisadas fotografias divulgadas pela *Folha de S. Paulo* entre 2011 e 2015 (acompanhadas de elementos como legendas e títulos das matérias) que nos parecem emblemáticas dos quadros de sentido mobilizados por esse veículo para caracterizar, sob um viés de apreciação e avaliação moral da conduta dessas mulheres e famílias, os potenciais impactos do Programa sobre os modos como suas existências são tornadas legíveis, inteligíveis e aptas ou não ao reconhecimento social. A análise levou em conta o modo como o enquadramento biopolítico que lhes confere sentido investe e desinveste as mulheres de sua humanidade e de sua autonomia a partir da construção de narrativas cronológicas que adquirem status de documentos usados para condená-las ou absolvê-las a partir da avaliação das escolhas que supostamente tinham à disposição.

### Palavras-chave

Mulheres empobrecidas; fotojornalismo; enquadramento; biopolítica; governamentalidade.

### Abstract

The aim of this article is to analyze the relations between photojournalistic images and neoliberal governmentality from the framing of impoverished women and families. We analyze photographs published by *Folha de S. Paulo* between 2011 and 2015 (accompanied by elements such as captions and titles of the articles) that seem to us emblematic of the frames mobilized by this vehicle to characterize, under a bias of appreciation and moral evaluation of conduct of these women and families, the potential impacts of the Program on the ways in which their existence is made readable, intelligible, and apt or unfit for social recognition. The analysis took into account how the biopolitical framework that gives them meaning invests and divests women of their humanity and their autonomy from the construction of chronological narratives that acquire the status of documents used to condemn or acquit them from evaluating the choices they were supposed to have at their disposal.

### Keywords

Impoverished women; photojournalism; framing; biopolitics; governmentality.

RECEBIDO EM 30 DE AGOSTO DE 2019  
ACEITO EM 18 DE OUTUBRO DE 2019

<sup>1</sup> Este trabalho contou com apoio da CAPES, CNPq e Fapemig. Os autores agradecem a Vinícius Henrique Marques Saraiva, pesquisador de iniciação científica, por sua valiosa contribuição no desenvolvimento no âmbito do projeto "O enquadramento biopolítico de pessoas empobrecidas: entre o governo dos corpos e a biopotência de modos de vida na imagem fotográfica".

<sup>2</sup> Doutora em Comunicação pela UFMG. Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG. Contato: angelasalgueiro@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutora em Ciência Política pela UnB e integrante do Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça (Margem, UFMG) e do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê/IPOL/UnB). Contato: vivianegoncalves.unb@gmail.com

<sup>4</sup> Mestre em Comunicação Social pela UFMG. Contato: ciceropedro17@gmail.com

## Introdução

Quando o Programa Bolsa-Família completou 10 anos, em 2013, várias reportagens jornalísticas foram produzidas de modo a revelar suas conquistas e falhas. De modo geral, como veremos mais adiante, as mulheres beneficiadas pelo Programa foram posicionadas no centro das narrativas e das imagens fotográficas produzidas no âmbito do jornalismo a partir da elaboração de enquadramentos focados na apreciação moral de suas trajetórias de vida e de seus comportamentos.

Avaliando tais reportagens de maneira mais livre, percebemos a prevalência de uma lógica de registro e de legibilidade que favorece interpretações ligadas à dependência, à vulnerabilidade e a estigmas de gênero que expressam um processo que tem sido chamado de “feminização da pobreza”<sup>5</sup>, ou seja, uma reafirmação do equívoco de se reiterar o “lugar da mulher” sob o domínio de um patriarcado que aprofunda assimetrias e atinge diferentemente mulheres empobrecidas em suas experiências singulares (SANTOS, 2014, p.267).

O governo aponta as mulheres como as “gestoras” responsáveis por garantir o sucesso do Programa através de seu compromisso com o cumprimento das condicionalidades ligadas à saúde e à escolarização de crianças e adolescentes. Um dos paradoxos do Programa está justamente em impulsionar a conquista da autonomia das mulheres, ao mesmo tempo em que as constrange a permanecer dedicadas integralmente às tarefas do cuidado e da reprodução. Segundo Georges e Santos (2016), o foco na recomposição da família (e há aqui uma ideia tradicional da família conjugal,

---

<sup>5</sup> As mulheres são titulares do Programa Bolsa Família (o cartão para recebimento do auxílio é feito em nome delas), assim como as agentes institucionais da assistência social encarregadas localmente do cadastro e acompanhamento das beneficiárias. As teias de relações que unem essas atrizes sociais são movidas por lógicas que se constituem dentro de economias morais, racionalidades biopolíticas e resistências específicas. Não podemos deixar de mencionar a centralidade das noções de vulnerabilidades sociais, cuidado, responsabilidade e família, todas atravessadas por um processo ideológico de moralização que abrange a culpabilização, a meritocracia e a cidadania como dádiva.

em detrimento da monoparentalidade) reorganiza um quadro de valores morais que se serve do amparo das ideologias neoliberais, para reafirmar o lugar de subalternidade das mulheres que, ao responderem às condicionalidades dos programas de transferência de renda (zelar pela saúde e educação das crianças, zelar pelo equilíbrio do lar, pelo cuidado com as crianças, adolescentes e idosos, gerir a renda e buscar formação e aperfeiçoamento para sua autonomia, por exemplo), veem cada vez mais distante a possibilidade de atuarem no mercado de trabalho e de se realizarem como sujeitos desejantes.

Partimos do pressuposto de que certas imagens de pobreza, de mulheres empobrecidas, e seus diferentes enquadramentos produzidos institucionalmente e midiaticamente, ao conduzirem condutas e julgamentos coletivos, configuram uma forma de governamentalidade neoliberal (FASSIN, 2010, 2015; RAGO, 2017) que estrutura o eventual campo de aparecimento e de inteligibilidade dos modos de vida dessas mulheres e, conseqüentemente, de suas possibilidades, experiências e formas de ação.

Este artigo traz uma reflexão de resultados parciais derivados do projeto de pesquisa “O enquadramento biopolítico de pessoas empobrecidas: entre o governo dos corpos e a biopotência de modos de vida na imagem fotográfica”, desenvolvido pelos autores com apoio do CNPq e da CAPES. Ao longo do desenvolvimento desse projeto, conseguimos selecionar cerca de 60 imagens fotojornalísticas que retratam mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família, publicadas entre 2003 e 2015, em jornais e revistas de ampla circulação nacional e que mantinham bancos de dados digitalizados e acessíveis ao público como *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo* e *O Globo*, além das revistas *Veja* e *Isto é*. Tais imagens foram reunidas a partir de um entendimento específico acerca de como o governo biopolítico dos corpos coletivos – nesse caso, a gestão biopolítica da pobreza – se mostrava nas imagens a

partir de um mecanismo de julgamento moral das formas de vida elaboradas por mulheres empobrecidas auxiliadas pelo Programa. Desde o início de nossas análises, percebemos o quanto os enquadramentos elaborados pelo jornal *Folha de S. Paulo* serviam-se da produção de narrativas, argumentos e enunciados que passam a traçar distinções entre modos de vida considerados dignos e aqueles amplamente percebidos como menosprezáveis. As classificações e distinções morais eram feitas por esse veículo de modo a evidenciar quais famílias e quais mulheres poderiam se tornar legíveis e legítimas como aptas à aprovação coletiva e, assim, aptas a alcançar a condição de “reconhecibilidade”, da qual nos fala Butler (2015).

De modo a evidenciar essa constatação, escolhemos analisar neste artigo nove imagens fotográficas divulgadas pela *Folha de S. Paulo* entre 2011 e 2015 (acompanhadas de elementos como legendas e títulos das matérias) que nos parecem emblemáticas dos enquadramentos mobilizados por esse veículo para caracterizar, sob um viés de apreciação e avaliação moral da conduta de mulheres e famílias empobrecidas, os potenciais impactos do Programa sobre os modos como suas existências são tornadas legíveis e inteligíveis diante dos outros. A análise das imagens levou em conta o modo como o enquadramento biopolítico que lhes confere sentido (MARQUES, 2017, 2018) investe e desinveste as mulheres de sua humanidade e de sua autonomia a partir da construção de narrativas cronológicas que adquirem status de documentos, de enunciados de “verdade”, capazes de condená-las ou absolvê-las a partir da avaliação das escolhas que supostamente tinham à disposição.

## **Governamentalidade biopolítica e enquadramento no fotojornalismo**

Segundo Foucault (1980), as mudanças ou transformações nas técnicas de governo são resultado de uma ação política que envolve a produção de diferentes modalidades de relações de poder e de subjetivação.

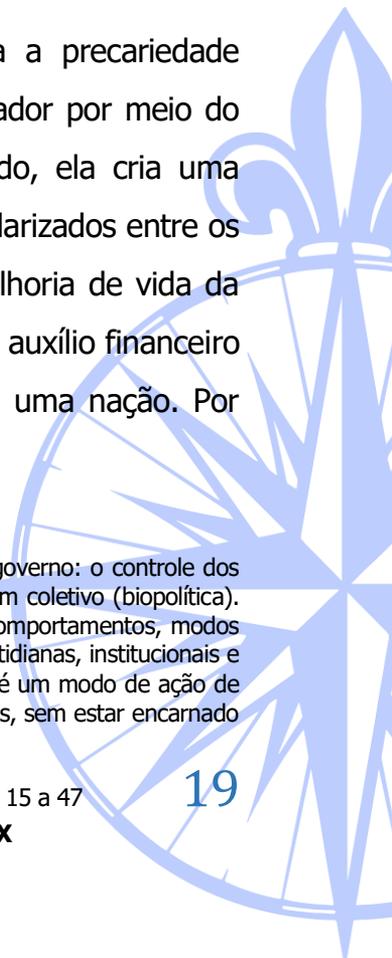
Em curso ministrado no Collège de France (1978-1979), ele desenvolveu considerações referentes à razão neoliberal, cunhando o termo “governamentalidade”, para refletir acerca de uma racionalidade específica destinada à arte de governar e controlar a totalidade da população em todos os domínios: econômico, privado, social, político e subjetivo. A governamentalidade se ampara no desenho biopolítico<sup>6</sup> de uma forma de controle policial que aposta na capacidade produtiva maximizada de corpos dóceis e úteis.

A polícia estende suas atividades a todas as situações, a tudo o que os homens fazem ou empreendem. Segundo Turquet, ela engloba tudo, mas de um ponto de vista extremamente particular. Homens e coisas são considerados em suas relações: a coexistência dos homens sobre um território; suas relações de propriedade; o que produzem; o que se troca no mercado. Ela se interessa também pela maneira como eles vivem, pelas doenças e pelos acidentes aos quais eles estão expostos. É um homem vivo, ativo e produtivo que a polícia vigia. [...] Como forma de intervenção racional exercendo o poder político sobre os homens, o papel da polícia é de lhes dar um pequeno suplemento de vida; e, assim fazendo, de dar ao Estado um pouco mais de força. Isso se faz através do controle da comunicação, quer dizer, das atividades comuns dos indivíduos (trabalho, produção, troca, comodidades). (FOUCAULT, 2003, p.378-379).

A governamentalidade neoliberal requer e repudia a precariedade como modo de vida, como princípio organizador e controlador por meio do qual se enraízam práticas biopolíticas. Dito de outro modo, ela cria uma racionalidade afetiva que se nutre do atrito entre grupos polarizados entre os quais um deles é acusado de impedir o progresso e a melhoria de vida da coletividade: os sujeitos empobrecidos e que necessitam de auxílio financeiro do governo seriam, então, os responsáveis pelo atraso de uma nação. Por

---

<sup>6</sup> Foucault (1980) define a biopolítica a partir de duas práticas de regulação e governo: o controle dos corpos individuais (biopoder) e as práticas de controle de uma população, de um coletivo (biopolítica). Sob esse aspecto, o governo dos corpos coletivos, a capacidade de controlar comportamentos, modos de agência e possibilidades de ação se relaciona aos modos como as relações cotidianas, institucionais e intersubjetivas se estabelecem. Foucault (2014, p.132-133) afirma que o poder é um modo de ação de alguns sobre outros, definido nas relações e fluxos de interações entre os sujeitos, sem estar encarnado em ou mesmo fixo a nenhuma posição, indivíduo/grupos ou instituições.



isso mesmo, o julgamento moral que se abate sobre eles é afetivo e reafirma uma condenação a priori dos sujeitos “assistidos”.

Nesse sentido, as relações de poder associadas à biopolítica acentuam formas de controle e desigualdade através de discursos que aprofundam o julgamento moral das vidas através de padrões morais legitimados por códigos institucionais que limitam o campo de ações possíveis dos sujeitos. Como acentua Foucault, o poder biopolítico

[...] opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações” (2014, p.133).

Tal forma de controle passa, a nosso ver, pelo modo como o jornalismo oferece enquadramentos e possibilidades interpretativas (modos de ação ou contenção dessas ações, opções e escolhas) à sociedade. O enquadramento jornalístico promove um tipo de poder que envolve os modos de (in)visibilidade de sujeitos e grupos, regulando o espaço e os modos de sua aprência e de sua apreensão como vidas dignas ou indignas de reconhecimento e valorização. A nosso ver, certas imagens e seus diferentes enquadres, ao conduzirem condutas, configuram uma forma de governamentalidade neoliberal que estrutura o eventual campo de ação de sujeitos vulneráveis.

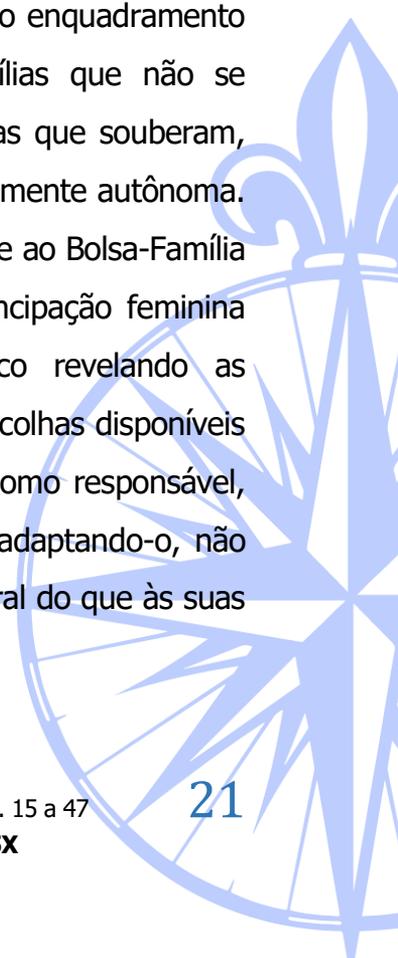
De acordo com Butler, “a vida precária é a condição de estar condicionado, na qual a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro” (2015, p.33). Segundo ela, há formas de distribuir a vulnerabilidade de modo que certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte.

O governo biopolítico dos corpos coletivos atua justamente, argumentamos, na produção de enquadramentos que valorizam a emancipação preservando, ao mesmo tempo, o controle sobre as

possibilidades de ser e existir em sociedade (preservando a passividade). Enquadramentos constituídos pelo fotojornalismo apresentam tanto traços de relações de violência (a violência da moldura reduz a agência dos sujeitos fotografados, aniquila possibilidades de resistência e oferta modelos exemplares de conduta) quanto traços de relações de poder (o sujeito retratado é alvo de um tipo de reconhecimento e descrito como empoderado, autônomo e emancipado (BUTLER, 2011, 2015, 2018).

As mulheres beneficiárias capturadas por enquadramentos de controle no fotojornalismo nos revelam como a expansão da governabilidade neoliberal passa a produzir “um sujeito neoliberal feminino” constrangido entre os lugares de “alvo”, de “protegido” e de “resistente”, ou seja, de “vítima” ou de “empreendedora” (RAGO, 2017; OKSALA, 2019). As mulheres são constantemente retratadas de forma a ressaltar como podem ser oprimidas no espaço da casa, encantuadas ou posicionadas de forma a reduzir sua agência física, em uma *mise-en-scène* que revela formas violentas de controle patriarcal sobre suas existências.

Ao mesmo tempo, a avaliação moral feita através do enquadramento construído pelas imagens deprecia as mulheres e famílias que não se mostram como empreendedoras, em contraposição àquelas que souberam, por mérito próprio, construir uma forma de vida economicamente autônoma. Assim, as imagens fotojornalísticas que conferem visibilidade ao Bolsa-Família e a seus índices de sucesso e fracasso traduzem a emancipação feminina como sucesso econômico individual e meritório, pouco revelando as contingências que atravessam o leque de experiências e escolhas disponíveis à mulher empobrecida. O reconhecimento dessa mulher como responsável, criativa e empreendedora configura seu projeto de vida, adaptando-o, não raro, mais às necessidades da governamentalidade neoliberal do que às suas próprias (RAGO, 2017).



As operações de enquadre reforçam e repetem normas e modos de inteligibilidade que produzem a ideia do humano e tornam os sujeitos aptos ou inaptos ao reconhecimento. Sob esse aspecto, o enquadramento biopolítico é uma técnica de governo ou de governamentalidade que formata as cenas de aparência preparando-as para definir sujeitos e grupos exemplares, considerados como parâmetro, cujo projeto e modo de vida é tido como antítese do desvio e de existências moralmente julgadas como indignas de consideração e apreciação.

### **Parâmetros para tornar uma forma de vida “elegível” ao reconhecimento social**

Em nosso *corpus*, muitas das imagens fotojornalísticas que conferem visibilidade ao Bolsa-Família e seus índices de sucesso traduzem a emancipação feminina como sucesso econômico individual e meritório, pouco revelando as contingências que atravessam o leque de experiências e escolhas disponíveis à mulher empobrecida. O reconhecimento dessa mulher como responsável pelo sustento do lar, como criativa e empreendedora configura seu projeto de vida, adaptando-o, não raro, mais às necessidades da governamentalidade neoliberal do que às suas próprias (RAGO, 2017; RAGO, PELEGRINI, 2019; OKSALA, 2019).

O jornal *Folha de S. Paulo* chega a criar um parâmetro comparativo de sucesso ou fracasso para famílias que, ao longo da primeira década de implementação do programa, conseguiram ou não alcançar metas específicas, classificando-as dentro de parâmetros morais que separam as vidas consideradas “dignas” daquelas apontadas e julgadas como indignas (figura 1). Tal avaliação é feita a partir da organização de uma narrativa cronológica documentada, na qual as imagens servem como “prova” da aptidão ou não para alcançar o reconhecimento social.

**Figuras 1, 2 e 3-** Enquadramento desfavorável conferido à família Dumont



**Fotos:** Fernando Canzian/FolhaPress<sup>7</sup>

Acompanha a circulação social dessas imagens, a configuração de determinados circuitos de valores e padrões morais de avaliação dos modos de vida que tendem a definir as condições favoráveis ou desfavoráveis para tornar essas mulheres e essa família dignas ou indignas de reconhecimento. A intriga construída pelas fotos e suas legendas nos conduz pelos meandros de uma narrativa que combina elementos do familismo e do patriarcado com dimensões morais que sustentam a avaliação pública do Programa e de seus beneficiados e beneficiadas. Dito de outro modo, o enquadramento criado pela sequência dessas imagens e textualidades nos apresenta uma série de dimensões interligadas: foco na família nuclear, gestação na adolescência, patriarcalismo, divisão desigual do trabalho doméstico, dificuldade em inserir-se no mercado de trabalho, preconceitos de raça, classe e gênero, além da não tematização dessas questões no momento de elaboração das

<sup>7</sup> Legendas: Kessia, Kassia e Priscila recebiam recursos federais para fazer cursos de manicure, artesanato e cabeleireira. As filhas de Sueli começaram a ter filhos, entraram para o Bolsa Família e saíram da escola para cuidar das crianças. Sueli Dumont com alguns de seus netos; em oito anos, sua família de 10 pessoas passou a contar com 17, já que quatro de suas filhas ficaram grávidas durante a adolescência. Fonte: "Efeitos do Bolsa Família após dez anos são desiguais", Folha de S. Paulo, 20/10/2013, p.8. Imagens acessíveis no endereço: <[https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19653&anchor=5899856&origem=busca&\\_mather=9b7edc4e0edc275c](https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19653&anchor=5899856&origem=busca&_mather=9b7edc4e0edc275c)>, acesso em 20/10/2019.

políticas públicas. Tais aspectos aprofundam ainda mais os paradoxos na operacionalização do Programa e de suas engrenagens biopolíticas.

O discurso da governamentalidade biopolítica neoliberal alimenta um entendimento de que a vulnerabilidade deve ser entendida como raridade ou fraqueza, que torna viável uma certa ordem social e política, confirma exclusões, perpetua desigualdades. Faz parte desse imaginário, ou ficção de invulnerabilidade (FINEMAN, 1991; BIROLI, 2018), o fato de que os enquadramentos midiáticos e sociais, os esquemas valorativos e avaliativos aos quais nos submetemos designam categorias de pessoas vulneráveis, definidas por sua suposta fragilidade física, também por sua autonomia questionável ou habilidade precária para decidir e fazer escolhas (FERRARESE, 2016; BUTLER, 2004, 2011; RAGO 2017; BIROLI, 2018).

No contexto brasileiro, a pobreza discursivizada imagetivamente assumiu, nos últimos anos, uma face feminina, a qual é moldada por enquadramentos que podem ser definidos como biopolíticos, uma vez que influenciam na orientação de julgamentos e condutas coletivas, intervindo na ação e na autonomia dos sujeitos e, por isso, inventando racionalidades e técnicas de gestão específicas (FOUCAULT, 1980).

## **Empoderamento feminino no contexto da governamentalidade biopolítica?**

Os enquadramentos produzidos para mostrar mulheres e famílias que conseguiram “vencer” a pobreza com o auxílio do Programa Bolsa-Família geralmente negam a vulnerabilidade e exaltam a resiliência e até mesmo o pretense “heroísmo” de mulheres que “não se deixam abater” e conseguem organizar rotinas de trabalho doméstico e fora do lar de maneira a “equilibrar” múltiplas tarefas. Isso em nada altera o funcionamento da máquina neoliberal, pois é justamente a imagem de “mulheres empreendedoras de si” que tem se tornado objetivo maior das representações e enquadramentos sociais e midiáticos a serviço do capital e de um equilíbrio na correlação de forças que favoreça determinados sujeitos,

grupos e instituições, enquanto relega outros ao ostracismo, à humilhação e à morte (COLE, 2016, FERRARESE, 2016).

A sequência de imagens acima analisada (figuras 1,2 e 3) evidencia uma dimensão central da governamentalidade biopolítica e da atuação das técnicas normativas de gênero: a crença de que, apesar de sua vulnerabilidade, as mulheres “possuem controle completo de suas vidas, e que elas podem conseguir tudo aquilo que queiram com a ajuda dessa livre escolha” (OKSALA, 2019, p.135). As legendas que acompanham as imagens feitas em 2008 e em 2010 assinalam que Kessia, Kassia e Priscila poderiam ter escolhido entre trabalhar (como manicures, artesãs ou cabeleireiras) ou ter filhos. A narrativa contada pelas imagens afirma que elas não continuaram os estudos e interromperam os cursos proporcionados pela rede de assistência social “para cuidar das crianças”.

A ideia de escolha pessoal efetivamente mascara os aspectos sistêmicos do poder – dominação, hierarquia sociais, exploração econômica – ao relegar aos sujeitos a liberdade de escolher entre opções diferentes, ao mesmo tempo em que nega qualquer possibilidade real de definir ou moldar essas opções.[...] Dentro desse quadro, o fato de que muitas mulheres escolham ser donas de casa ou dispensem oportunidades de trabalho mais exigentes e bem remuneradas é entendido claramente como sua própria escolha. Os impedimentos ao sucesso são pessoais ou psicológicos, e não políticos (OKSALA, 2019, p.134).

As mulheres têm que fazer suas escolhas dentro de relações desiguais de poder e vulnerabilidade, nas quais imperam o patriarcado, o sexismo e as institucionalidades ligadas à valorização da família conjugal. Butler (2016), ao comentar acerca da distribuição desigual da vulnerabilidade entre indivíduos e grupos, destaca a importância de pensarmos acerca da regulação disciplinar que deriva de uma classificação dos corpos e das formas de vida como “produtivas” ou “improdutivas”. A vulnerabilidade assim entendida revela um modo de estar no mundo que se constitui entre a passibilidade (ser afetado pelos acontecimentos) e a capacidade de agência. Contudo, assim como Butler, acreditamos que a vulnerabilidade que atravessa a

trajetória de vida de mulheres beneficiadas não pode ser entendida como condição inata ou essencial, mas sim como resultado contingencial de experiências que mudam e se transformam dependendo das relações, das interações e das redes de contato e solidariedade que essas mulheres tecem em seu cotidiano. As vulnerabilidades são alteradas (aumentam, diminuem ou mesmo desaparecem) dependendo de como certas redes de apoio e amparo se articulam em torno delas – e de como elas também articulam redes e nelas se posicionam – de modo a permitir sua agência, e a definição de alternativas de escolha (FERRARESE, 2016).

Poderíamos argumentar, junto com Rosa (2017, p.2), que a persistência de um dado modelo de retrato desses grupos está fortemente vinculada a “operações de valor que prolongam a circulação de determinadas imagens em detrimento de outras”. Mas as imagens não alcançam ampla visibilidade e espraiamento social de forma gratuita: elas integram e alimentam um sistema de circulação embasado em quadros morais partilhados de julgamento e avaliação que geralmente as precede. Isso não significa que os dispositivos morais de aceitação ou rejeição de imagens seja imutável, mas nos revela que os enquadramentos cuidadosamente escolhidos para compor “retratos” de vidas vulneráveis são aqueles nos quais há uma componente comportamental, valorativa e moral que permite acesso a fórmulas interpretativas partilhadas e amplamente aceitas como válidas. Nas figuras 3 e 4 podemos perceber como a *Folha de S. Paulo* define um modelo claro de família que reúne os principais quesitos que, elaborados discursivamente, a tornam visível dentro de determinado escopo moral amplamente partilhado como legítimo e, portanto, potencialmente elegível ao reconhecimento (figuras 3 e 4).

**Figuras 4 e 5** - Enquadramento elogioso conferido à família Silva



**Fotos:** André Felipe e Fernando Canzian/FolhaPress<sup>8</sup>

O acompanhamento dessas famílias pelos jornalistas ao longo de 5 ou 6 anos revela que a governamentalidade biopolítica, as estratégias de controle de populações e povos, também operam através do fortalecimento de valores e sua difusão atrelada a pretensas imagens de felicidade, empoderamento, auto-realização e negação da vulnerabilidade. Quando tal fortalecimento, movido por poderes assimétricos e estratégias de sujeição, é acompanhado do enraizamento de crenças através de códigos, gestos e corporeidades que podem ser traduzidos em imagens, esses enunciados podem assumir, em sua reiteração e apropriação, o papel de apagamento de outras representações possíveis. Assim, o que distingue uma imagem destinada ao “controle biopolítico dos corpos” de outras imagens é sua potência de emergir a partir de enquadramentos que estimulam o reconhecimento coletivo de códigos e padrões que integram avaliações de postura e comportamento, reforçando uma economia moral pautada pela produção, circulação e apropriação de valores e afetos acerca de uma dada

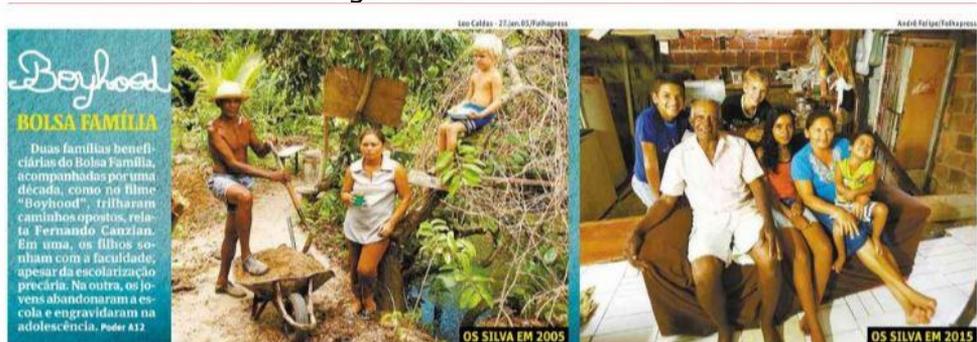
<sup>8</sup> Fonte: “Efeitos do Bolsa Família após dez anos são desiguais”, Folha de S. Paulo, 20/10/2013.

Legendas: A mãe dos três filhos é quem dava diariamente banho e almoço e os levava à escola; o pai, Pedro, cobrava as lições. Micinéia Santos Silva com os filhos Luan e Isaque; os dois outros, Alan e Vanessa, mais o marido, Pedro, se sustentam com aposentadorias e recursos pagos pelo Bolsa Família. Imagens acessíveis no endereço: <[https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19653&anchor=5899856&origem=busca&\\_mather=9b7edc4e0edc275c](https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19653&anchor=5899856&origem=busca&_mather=9b7edc4e0edc275c)>, acesso em 20/10/2019.

questão. Como nos explica Fassin (2015, p.9), economias morais representam a produção, circulação e apropriação de valores e afetos acerca de uma questão: “caracterizam um momento histórico particular e um mundo social específico no qual essa questão é construída através de julgamentos e sentimentos que definem gradualmente um tipo de senso comum e um entendimento coletivo sobre um problema”.

A circulação de imagens fotojornalísticas que elegem “famílias modelo” no contexto do Programa Bolsa Família é fortemente amparada por economias morais que fornecem prescrições para orientar o modo como devemos interpretar essas imagens e os sujeitos que nelas aparecem. No ano de 2015, as trajetórias da família Silva e da família Dumont são lembradas em caderno especial da *Folha de S. Paulo*. Percebemos, de forma ainda mais concreta, a refinada elaboração de duas narrativas, de dois pólos extremos entre os quais é preciso escolher eticamente, posicionar-se moralmente e, assim, validar um “código de conduta” legitimado como matriz definidora das características que famílias beneficiárias devem possuir caso queiram ser percebidas, reconhecidas e respeitadas (figuras 6 e 7).

**Figura 7** – Reportagem especial sobre famílias beneficiárias acompanhadas ao longo de 10 anos



**Fotos:** Leo Caldas e Andre Felipe<sup>9</sup>

<sup>9</sup> Fonte: CANZIAN, Fernando. Boyhood Bolsa Família. Folha de S. Paulo, Poder, p.A2, 12/07/2015. Legenda: “Duas famílias beneficiárias do Bolsa Família, acompanhadas por uma década, como no filme Boyhood, trilham caminhos opostos, relata Fernando Canzian. Em uma, os filhos sonham com a faculdade, apesar da escolarização precária. Na outra, as jovens abandonaram a escola e engravidaram na adolescência.”

**Figura 7** – Reportagem especial sobre famílias beneficiárias acompanhadas ao longo de 10 anos



**Fotos:** Leo Caldas e Andre Felipe<sup>10</sup>

Quando Butler (2014, 2015) comenta acerca dos enquadramentos que definem o significado das imagens, ela destaca que a reprodução de modos de inteligibilidade e de legibilidade do humano ou do inumano pode, ao mesmo tempo, reforçar avaliações morais que legitimam ou não modos de vida, quanto permitir rupturas nessas práticas avaliativas. Mulheres e famílias beneficiadas são constantemente retratadas e representadas de modo a reproduzir uma generalidade. Elas aparecem em ambiente isolado, no ostracismo do lar, desconsiderando alianças e sociabilidades cotidianas. Elas, supostamente, não fazem parte de um povo, do espaço público das negociações e discordâncias, não vivenciam a política e nem criam modos de agenciamento coletivo, mas estão

<sup>10</sup> Fonte: CANZIAN, Fernando. Boyhood Bolsa Família. Folha de S. Paulo, Poder, p.A2, 12/07/2015. Legendas: Pai, mãe e quatro filhos sobrevivem 100% com dinheiro do Estado. Ao longo dos anos, a melhora material da família Silva foi modesta, mas os filhos progrediram na Escola e almejam entrar na faculdade. Em dez anos, a família Dumont passou de 10 para 19 membros. As meninas adolescentes engravidaram enquanto recebiam o Bolsa Família e tiveram filhos que hoje estão no Programa. A maioria deixou a escola. Imagens disponíveis em: [https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20283&anchor=5995824&origem=busca&\\_mather=9b7edc4e0edc275c](https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20283&anchor=5995824&origem=busca&_mather=9b7edc4e0edc275c)

imobilizadas, silenciadas e impossibilitadas de se desvincularem da relação determinística com os objetos (elas mesmas reduzidas a objetos que integram o cenário do lar), os seres que habitam a casa e as tarefas atribuídas à mulher-mãe-esposa.

O familismo atua, portanto, no gesto de transferir à família – mas mais especificamente à mulher – a tarefa de ser o “ pilar da sociedade”, mas também a base fundamental para combater a pobreza geracional. Segundo Santos e Rosas (2014), o foco na recomposição da família (e há aqui uma ideia tradicional da família conjugal, em detrimento da monoparentalidade<sup>11</sup>) reorganiza um quadro de valores morais que se serve do amparo das ideologias neoliberais, para reafirmar o lugar de subalternidade das mulheres que, ao responderem às condicionalidades dos programas de transferência de renda (zelar pela saúde e educação das crianças, zelar pelo equilíbrio do lar, pelo cuidado com as crianças, adolescentes e idosos, gerir a renda e buscar formação e aperfeiçoamento para sua autonomia, por exemplo), vêm cada vez mais distante a possibilidade de atuarem no mercado de trabalho e de se realizarem como sujeitos desejantes. “A mulher, que implicitamente é a pessoa de referência para o atendimento pelos programas, é vista apenas como uma representante da família, sem a compreensão de que possa viver os dilemas causados pelas relações desiguais de gênero, classe, raça e geração” (SANTOS, 2014, p.403).

De acordo com Santos (2014), o familismo reforça o entendimento da mulher como reprodutora, mãe, cuidadora e dona de casa, sobrecarregada com as responsabilidades das tarefas domésticas em uma divisão sexual e social do trabalho injusta. Aliada a isso, a falta de controle e de independência da mulher sobre o curso do tempo de sua vida

---

<sup>11</sup> É interessante observar que, em consonância com uma economia moral que ressalta as qualidades requeridas da “boa esposa e boa mãe”, fatores como a crença religiosa e a impossibilidade (ou extrema dificuldade diante de ameaças, presença de filhos pequenos e dependência da renda do conjuge, por exemplo) de divórcio podem influenciar na existência de um maior número de famílias biparentais/conjugais.

dificulta a construção de sua emancipação e da autonomia sobre si mesma, sobre sua história.

A família, como instituição primária, é entendida como objeto eficiente de focalização para a redução da vulnerabilidade social e fortalecimento dos vínculos sociais. No interior dela, seus membros se tornam alvo dos programas e serviços criados com finalidades diferenciadas: as crianças e os adolescentes, como objeto de investimento em termos de capital humano; os idosos, como potenciais dependentes e vulneráveis da pobreza; e as mulheres, como mães, cuidadoras e mediadoras, constituindo em pilar da efetividade dos novos programas sociais da América Latina. Os homens, de outro lado, permanecem à margem da gestão das famílias empobrecidas. Nesse sentido, a maioria dos programas sociais se compromete com o bem-estar e a solidariedade familiar de acordo com os papéis e as relações tradicionais de gênero (SANTOS; ROSAS, 2014, p.265).

O crescente número de famílias cuja chefe é a mulher - e, muitas vezes, é ela a única fonte de renda familiar - faz com que fique mais evidente o modo como a divisão sexual do trabalho constitui-se como uma peça chave para o "controle" das mulheres pelos homens, em vários âmbitos de sua experiência e percursos de vida. A perspectiva sustentada por Santos é de uma feminização da pobreza, ou seja, uma reafirmação de um naturalizado "lugar da mulher", sob o domínio de um patriarcado (veremos esse conceito mais adiante), que deveria se resignar diante de diversas relações que apresentam assimetrias de poder entre os gêneros.

A feminização da pobreza, segundo Georges e Santos (2016), pode estar ligada ao aumento de famílias apoiadas por uma mulher (família monoparental ou até mesmo uma família nuclear tradicional, mas cujo homem dificulta a autonomia da mulher) que é a única fonte de renda. A mulher, de acordo com as autoras, assume responsabilidade exclusiva por sua família ficando longe do mercado de trabalho e submissa aos cuidados domésticos. Também é necessário considerar os processos e elementos que atingem as mulheres empobrecidas de maneira diferente: gravidez durante a juventude; casamento antes da idade adulta; a dificuldade de

acesso à educação e as reais chances de concluir estudos; acesso à saúde e pré-natal; diferenças de competitividade no mercado de trabalho e entre salários em relação aos homens; prostituição como alternativa de sobrevivência; a dupla jornada de trabalho e a ausência de compartilhamento de tarefas domésticas; as interseccionalidades entre raça, gênero e classe.

Assim, a ideologia do patriarcado é a força mais instrumental na criação e aceitação dos discursos sobre a feminização da pobreza, pois sobre uma mulher sem marido parecem recair os castigos e as desventuras reservadas à modos de vida “desregrados”. (FINEMAN, 1991, p.276).

No entanto, também deve ser considerado que, em alguns casos, a monoparentalidade pode ser um tipo de independência e empoderamento, visto que, na ausência da figura masculina, as mulheres organizam suas alternativas e escolhas sem as opressões do machismo.

Sabemos que vulnerabilidade e resistência não andam apartadas (BUTLER et al., 2016). As teias de relações que unem essas mulheres são movidas por lógicas que se movem dentro de economias morais, racionalidades biopolíticas e resistências específicas. A vulnerabilidade é multidimensional e relacional, não é estável e muda constantemente ao longo do tempo: as pessoas não são vulneráveis, mas estão vulneráveis, pois se trata de um processo que envolve trajetórias individuais, vínculos interrelacionais e contextos sociais e institucionais. Cabe aqui salientar que a normatividade da vida não é exterior às estratégias biopolíticas, mas opera nelas e através delas: a capacidade de diferir, como afirma Butler (2014), de introduzir mudanças no processo de repetição das regras, é um gesto de inscrição da vida também no centro do paradigma biopolítico. A ligação entre mulheres e situações materiais de vida e experiência está sempre sujeita ao poder, ao mesmo tempo em que é fruto de seu investimento constante na tarefa de sedimentação dos vínculos, saberes e astúcias.

Marlise Matos (2014) acredita que o familismo não pode ser apontado como única e maior dimensão problemática da configuração do desenho institucional de políticas sociais como o programa Bolsa-Família. Segundo ela, é preciso que indaguemos acerca de como as políticas públicas são elaboradas e como agem os dispositivos ideológicos que enraízam o patriarcado nas estruturas do Estado. Sob esse aspecto, a centralidade da família deveria ser observada em um quadro mais amplo de operacionalização da governamentalidade biopolítica:

Deve-se levar em conta que teóricas feministas têm insistentemente observado que o exercício do poder estatal apresenta uma forte inclinação e/ou pré-julgamento sobre as relações de gênero que o estruturam sendo ela, quase sempre, disfarçadas sob o manto da neutralidade de gênero no âmbito das instituições estatais (no Executivo, no Legislativo e no Judiciário). Mas essa neutralidade simplesmente não existe e pode-se sim afirmar a presença de inclinações patriarcais estruturadas no Estado brasileiro. Assim, o patriarcado, entendido aqui como um sistema contínuo de dominação masculina, ainda predomina nas estruturas estatais, mantendo por vezes intactas as formas de divisão sexual do trabalho e perpetuando, por exemplo também, a violência cotidiana que as mulheres sofrem (MATOS; PARADIS, 2014, p.60).

Segundo essas autoras, o patriarcado que temos diante de nós hoje passou por muitas transformações, mas continua definindo o modo como o Estado opera em suas formas de controlar e reafirmar a subalternização das mulheres em várias dimensões da vida pública e privada.<sup>12</sup> Contudo, o patriarcado vem sofrendo abalos diante dos avanços de iniciativas de luta que dão forma a “um processo longo, dinâmico e conflituoso de reconhecimento das mulheres enquanto sujeitos sociais e políticos e de fortalecimento de uma visão das relações de gênero que revele a hierarquia e a subordinação sobre as quais, ainda nos dias de hoje, as mulheres estão submetidas” (MATOS; PARADIS, 2014, p.69). Assim, de

---

<sup>12</sup> Um dos pilares da dominação masculina é o fato de que as mulheres são privadas de conhecer a sua própria história. Para as autoras, o patriarcado tem garantido a subordinação feminina a partir da hegemonia masculina sobre os sistemas simbólicos, que toma a forma do monopólio dos homens sobre as definições e da desvantagem educacional das mulheres.

modo lento, mas continuado, muitas políticas sociais revelam sinais de receptividade a “processos continuados de empoderamento das mulheres como estratégia democratizadora do Estado brasileiro no âmbito dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário” (idem)<sup>13</sup>.

Elas ressaltam que, assim como a estrutura patriarcal – que articula várias dimensões de desigualdade de gênero, variáveis ao longo do tempo – a instituição estatal “vai além de um caráter de unidade superior de decisão política sobre uma determinada população relativamente homogênea e que habita um território delimitado” (MATOS; PARADIS, 2014, p.72). Portanto, as decisões tomadas pelo Estado não atingem mulheres da mesma forma, o que nos revela que, segundo Matos e Paradis (2014), os desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro se materializam diferentemente para mulheres (negras, brancas, imigrantes, lésbicas, rurais etc.).

Em sociedades democráticas complexas – multiculturais e multiétnicas como a nossa sociedade brasileira – já é claramente possível identificar determinadas inclinações e tendências de gênero e étnico-culturais institucionalizadas no âmbito do Estado brasileiro, seja através de políticas públicas especificamente direcionadas a esses grupos, entrelaçadas, contudo com as inclinações de classe (um ótimo exemplo é o do Programa Bolsa Família), seja pelos mecanismos que vêm sendo criados para empoderar esses diferentes grupos. E isso tem se dado porque parte-se do pressuposto de que o Estado foi constituído historicamente segregando e distanciando a população feminina e negra do país. E ambas, segregação e exclusão, estão diretamente articuladas a nossos processos de colonização (MATOS; PARADIS, 2014, p.73)

Sob essa perspectiva, as autoras salientam uma forma de racionalidade que impera nas bases do funcionamento do Estado, um tipo de economia moral do patriarcado que separa o âmbito doméstico (trabalho

---

<sup>13</sup> Importante mencionar que Matos e Paradis chamam a atenção para a diversidade e complexidade das identidades e subjetividades das mulheres e de suas lutas, problematizando e complexificando a categoria “gênero” a partir do que nomeia como “quarta onda do feminismo”, que está assentada na despatriarcalização do Estado e numa perspectiva descolonial e crítica ao feminismo hegemônico do norte global.

reprodutivo e não remunerado) do âmbito público (trabalho masculino remunerado), definindo uma forma de apreciação e julgamento das mulheres beneficiárias com base em padrões racistas, sexistas e depreciadores. Nesse sentido

[...] não basta eliminar disparidades econômicas ou apenas ampliar espaços formais de participação para a estruturação de um espaço democrático de relações. A pluralidade de convivência exige que padrões preestabelecidos (de caráter patriarcal e racista, entre outros) não subsumam essas diferenças ou as confinem em guetos sociais e/ou políticos, tomando a heterogeneidade como desordem a ser controlada (MATOS; PARADIS, 2014, p.74).

Como evidenciado por Fineman (1991), os distintos discursos sobre pobreza e empobrecimento caracterizam as mulheres como mães, esposas, cuidadoras, esteios essenciais na manutenção da vida em família. Vínculos familiares tidos como “desviantes” (mães solteiras, casais homoafetivos, divórcio, ausência de contrato matrimonial, etc.) são apontados como casos sem legitimidade para obtenção de apoio junto a políticas públicas, uma vez que estas privilegiam, reiteram e valorizam as normatividades. Assim, uma forma técnica de racionalidade governamental na gestão coletiva das mulheres e mães empobrecidas consiste em afirmar sua função de reconstituir e manter o equilíbrio do lar e sua estrutura predominantemente patriarcal. Fineman (1991) descreve com detalhes o mecanismo de regulação biopolítica que age sobre o comportamento das mães:

Quando uma mulher se torna mãe, ela desempenha uma valiosa função social. Ela está se reproduzindo em benefício do estado, da força de trabalho e da família. O significado de sua tarefa tem sido historicamente a justificativa para submetê-la como “mãe” ao poder do estado. Ela é supervisionada e julgada de acordo com padrões que não se aplicam a outros cidadãos. O comportamento das mães é regulado através dos sistemas normativos que abrangem as ideologias do direito e da família. Se as mães são encontradas em necessidade, elas podem ser punidas. Isto é particularmente verdadeiro para as mães pobres e solteiras, mas todas as mulheres como mães correm o risco de intervenção e subjugação com base em seu status. A supervisão e controle impostos às mães pelo estado, e o correspondente sacrifício da privacidade, deveriam formar a base para um direito à justiça para as mães - uma reivindicação pelos recursos para executar as tarefas que a sociedade exige delas. (FINEMAN, 1995, p.2211).

Se, por um lado, as condições básicas para que tais mulheres construam dimensões importantes de sua cidadania e de sua autonomia são promovidas pelas redes de assistência social, por outro lado, há barreiras concretas que dificultam sua inclusão política e social derivadas, sobretudo, de um entendimento comum e naturalizado que aponta os indivíduos em situação de pobreza como “massa inútil de despossuídos e dependentes”, incapazes de contribuir para movimentar as engrenagens da produção e do consumo neoliberais. Nesse sentido, a imprensa compreende um dos contextos que fomenta processos de demarcação de lugares e falas a esses sujeitos, assim como promovem seus enquadramentos e molduras.

### ***Mise-en-intrigue nas imagens e dispositivo de visibilidade***

Nas imagens fotojornalísticas produzidas acerca do Programa Bolsa-Família, a figura feminina, quando fixada na identidade social de mãe, demonstra ainda mais o quanto sua existência socialmente aceitável, assim como seu valor moral, se ancoram no trabalho do cuidado e na responsabilidade pela geração e manutenção da prole. Nos chama a atenção a forma como as famílias são escrutinadas e julgadas a partir de narrativas que apostam na legitimidade evidente de uma condição de empobrecimento: seriam indubitavelmente vulneráveis (e, portanto, merecedoras do auxílio) as famílias cujos bens materiais são escasso e precários e cuja condição de trabalho é comprovadamente informal via discurso (figuras 8 e 9).

Figura 8 - Avaliação moral da biolegitimidade de família beneficiária



A família de Flávio Bento de Mesquita e Maria das Dores dos Santos

NOVEMBRO DE 2010		DEZEMBRO DE 2011
Sobreviviam da pesca e de bicos	Atividade	Sobrevivem da pesca e de bicos
Moravam em casa de taipa, sem água nem banheiro	Moradia	Moram na mesma casa de taipa, sem água
<b>Bolsa Família de R\$ 166</b>	Renda fixa	<b>Bolsa Família de R\$ 134</b>
TV 14', antena parabólica, cinco cadeiras, uma mesa, fogão, armário de cozinha, duas camas e uma cômoda	Patrimônio	A família manteve os bens e comprou um rack em prestações e construiu um banheiro de tijolos com material doado

Foto: Leo Caldas/Folha Press<sup>14</sup>

Fassin (2006, 2009) chama de *biolegitimidade* o modo como se dá atualmente a produção de direitos, de reconhecimento e de acesso a serviços e atendimento por parte do Estado. O governo dos corpos coletivos e o modo como esses corpos reivindicam coisas, estão atreladas, para Fassin, ao modo como o Estado disponibiliza atendimento aos sujeitos precários, ou seja, exigindo deles enunciados e formulários que atestem um status, uma condição, uma internalização da dependência e uma total rendição aos aparelhos de correção e controle. Quanto mais deteriorados forem os corpos e os locais de moradia, mais aptos parecem estar os sujeitos a receberem benefícios. Os agentes institucionais, não raro, exigem provas narrativas ou físicas das provações, dos fracassos e da inaptidão para justificar a necessidade, misturando mérito e compaixão. Afetos e leis, piedade e justiça passam a ser delineados em cada “caso” analisado. Instaure-se uma

<sup>14</sup> Legenda: Mesmo sem melhorias, essas pessoas aprovam o primeiro ano da presidente, em quem afirmam ter votado.

Fonte: GUIBU, Fábio. Vida de miseráveis de AL não melhora com governo Dilma, *Folha de S. Paulo*, Poder, p. A5, 26/12/2011.

Imagem disponível em:

[https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=18989&anchor=5740392&origem=busca&\\_mather=9b7edc4e0edc275c](https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=18989&anchor=5740392&origem=busca&_mather=9b7edc4e0edc275c)

modalidade de governo biopolítico no qual corpos precários são fundamentais. Sob esse aspecto, Fassin e Memmi (2004) argumentam que uma combinação entre políticas gerenciais e políticas de sofrimento (pautadas pela requisição e coleta de narrativas de fracasso, associadas a um tratamento compassivo) conduz a uma redefinição da economia moral de nosso tempo. Nessa redefinição, as imagens e seu potencial político ganham especial destaque.

**Figura 9 - Ficha de "atestação" da precariedade familiar**

**COMBATE À MISÉRIA, UM ANO DEPOIS**  
Um ano após a recém-eleita Dilma Rousseff prometer acabar com a miséria no país, situação de moradores de Porto de Pedras (AL) pouco mudou



NOVEMBRO DE 2010	DEZEMBRO DE 2011
Sobreviviam da pesca e de bicos	Atividade: Sobrevivem da pesca e de bicos
Moravam em casa de taipa, sem água nem banheiro	Moradia: Moram na mesma casa de taipa, sem água nem banheiro
Bolsa Família de R\$ 112	Renda fixa: Bolsa Família de R\$ 134
TV 20", parabólica, som, estante, DVD, geladeira, oito cadeiras, fogão, mesa, armário, guarda-roupas, três camas, rádio e liquidificador	Patrimônio: A família manteve os mesmos bens, e Pinheiro ganhou uma rede de pesca nova de um sobrinho

O casal Carlos Jorge Vanderlei Pinheiro e Maria de Fátima Bento de Mesquita e seus filhos

**Foto:** Leo Caldas/Folha Press<sup>15</sup>

As figuras 8 e 9 são como fichas, documentos institucionais com ares de oficialidade, que produzem uma narrativa de atestação do merecimento (do mérito) das famílias beneficiadas. Ao mesmo tempo, não podemos deixar de notar que essa narrativa também envolve uma avaliação e julgamento, em tom evidentemente depreciativo, da política social posta em prática pela então presidenta Dilma Rousseff. Santos (2017) destaca que o tipo de

<sup>15</sup> Legenda: Combate à miséria, um ano depois. Um ano após a recém-eleita Dilma Rousseff prometer acabar com a miséria no país, situação de moradores de Porto de Pedras (AL) pouco mudou. Fonte: Fabio Guibu. Vida de miseráveis de AL não melhora com governo Dilma, *Folha de S. Paulo*, Poder, p. A5, 26/12/2011. Imagem disponível em: [https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=18989&anchor=5740392&origem=busca&\\_mather=9b7edc4e0edc275c](https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=18989&anchor=5740392&origem=busca&_mather=9b7edc4e0edc275c)

moralidade<sup>16</sup> definida para essa avaliação dos modos de vida e das trajetórias de mulheres beneficiadas afirma a configuração de um dispositivo da “gestão da pobreza” que localiza mulheres pobres como mediadoras na efetivação dessas políticas (GEORGES; SANTOS, 2016, p.234). Dito de outro modo, não haveria uma real preocupação ou compromisso com a construção autonômica dessas mulheres e de suas famílias, mas principalmente a transferência de uma responsabilidade que seria do Estado, configurando “uma mera administração do social a partir de uma visão dos privilegiados”. Se a responsabilidade é delas, elas passam a ser julgadas e avaliadas por seu cumprimento ou não desses códigos morais reafirmados pelo patriarcado e, também, pelo familismo.

É importante notar como essas imagens constróem e prescrevem para o espectador um lugar a partir do qual ele é convocado a sentir compaixão ou a condenar a “dependência” das pessoas com relação ao auxílio. Não há abertura nessas imagens para uma “indecidibilidade moral”, ou seja, para uma avaliação moral equívoca, não resolvida, que interpela à reflexão crítica e coloca em dúvida parâmetros e pressupostos que delineiam uma legibilidade e inteligibilidade ao mundo. Uma imagem que mobiliza a indecisão e questiona o lugar de “juri virtuoso” ocupado pelos receptores não aceita explicações rápidas e nem adere tão facilmente às avaliações morais dos espectadores. Ela escapa aos esquematismos, dialoga com outras imagens e descortina algumas das dinâmicas dos dispositivos que as fazem existir. As imagens que aqui analisamos não instauram um espaço de indecidibilidade moral: elas não fazem o espectador vacilar ou duvidar de suas crenças. São imagens que contam, organizam causalmente os fatos, em

---

<sup>16</sup> Sobre essa dimensão moral, Santos (2014) relata acerca das mulheres por ela entrevistadas: “Afastadas do mercado de trabalho por motivos que sobrepõem a falta de qualificação e de equipamentos e estruturas de conciliação entre trabalho e família, assim como a existência do paradigma da rígida divisão sexual do trabalho, que orienta a moral conjugal dos pobres, o cuidado que elas oferecem à família se torna sua razão de ser, e suas vidas se organizam em torno dessa função, numa construção paulatina da maternidade”. (SANTOS, 2014, p.405)

vez de evocar pelo relato e pela falha do relato em capturar as complexidades dos modos de vida. São imagens que explicam e julgam em vez de sugerir e preservar o difícil gesto de apreender e reconhecer as alteridades.

As formas de apresentação das situações, de agenciamento dos enunciados, as formas de construção das relações entre causa e efeito ou entre antecedente e conseqüente reforçam quadros de sentido que geram determinadas legibilidades em detrimento de outras. O encadeamento de causas e efeitos, a previsibilidade, a relação entre o que estaria previsto e o que de fato acontece constituem, segundo Rancière (2012), barreiras à fabulação e ao olhar contemplativo, descompromissado com o cumprimento de requisitos de “aprovação” e julgamento que tendem ao condenatório. Para ele, o intolerável da imagem relaciona-se à montagem de um dispositivo de visibilidade capaz de localizar e de enquadrar um sujeito percebido como “vítima” dentro de uma dimensão do visível e do sensível que lhe confere esta ou aquela possibilidade de ser apreendido, esta ou aquela legibilidade e inteligibilidade. O sentido que Rancière confere à palavra dispositivo se aproxima daquele articulado por Foucault ([1977], 1994) e que oscila entre a elaboração de arranjos estratégicos para impor o poder (sobretudo no contexto de formas biopolíticas de governo) e a produção de arranjos relacionais e provisórios para a criação de formas experimentais de resposta a demandas urgentes de transformação. Assim, a experimentação via montagem de dispositivos de deslocamento precisava de novos arranjos não hierárquicos entre corpos, ações, palavras e gestos responsáveis por alterar quadros valorativos e avaliativos das vidas e modos de torná-las habitáveis.

Para Rancière (2013), a política da estética se define sempre por uma certa reorganização de formas perceptivas estabelecidas, uma recomposição da ordem que sustenta uma dada narrativa e sua fabulação. O método de Rancière (2006, 2009) está baseado, de forma geral, na

premissa de que a política da estética é uma forma polêmica de reenquadrar o comum: um reenquadramento que depende da subversão de uma dada distribuição do sensível a partir da criação de um lugar polêmico, uma cena de “confrontação entre sentidos comuns opostos ou modos opostos de enquadrar o que é comum” (RANCIÈRE, 2009, p.277). O reenquadramento reorganiza o tecido do sensível a partir do encontro conflitivo e dos modos como a narração e as visibilidades apresentadas pelas práticas da arte entram no meio das possibilidades estéticas da própria política. Para ele, “as políticas devem se apropriar, por seu próprio uso, dos modos de apresentação das coisas ou dos encadeamentos de razões produzidas pelas práticas artísticas e não o contrário” (RANCIÈRE, 2006, p.163). O reenquadramento relaciona-se, portanto, ao ordenamento das formas de escritura da história, das formas de apresentação das situações, de agenciamento dos enunciados, das formas de construção das “relações entre causa e efeito ou entre antecedente e consequente que rasgam os formatos tradicionais, os modos de apresentação de objetos, de indução de significações e de esquemas causais que constroem a inteligibilidade do padrão da história” (RANCIÈRE, 2006, p.164).

A emergência de figurações nas imagens, que desloquem as mulheres de uma posição subalterna e revitimizada, requer lampejos e curto-circuitos que interrompem a linearidade de uma possível história contada sob o viés da superação das adversidades (ideologia meritocrática). Seria importante, então, desterritorializar os discursos que insistem em revelar a história daqueles que sobreviveram às vulnerabilidades associadas à catástrofe e ao empobrecimento. No lugar de discursos de causalidade e de apagamento das sutilezas e texturas das experiências das mulheres, valeria mais encontrar os relatos que permitem uma aproximação, um avizinhamento mais demorado entre espectador e alteridade presente na imagem fotográfica. Imagens de avizinhamento

despertam no espectador novos modos de percepção da imagem, do corpo e do espaço da cena. O que está em jogo não é uma revelação do mundo habitado por esses sujeitos empobrecidos, mas “sua própria impureza de artifício, a crítica à crença na imagem natural do registro” (POIVERT, 2010, p. 225).

Nesse sentido, as imagens que alimentam circuitos pautados por economias morais ora tornam o espectador juiz de indivíduos, ora constroem para ele um lugar de passividade diante de um enquadramento do infortúnio, uma imagem figurativa convida o olhar a percorrer os sulcos profundos de uma parte de uma face feminina, seus detalhes e sombras, em um trabalho de tradução de um sensível em outro nos elementos oferecidos pela imagem (RANCIÈRE, 2007). Sob esse aspecto, ela promove um encontro, uma aproximação política que redefine as vizinhanças e as temporalidades entre sujeitos que não se sustenta pelo sentido convencional da comunicação discursiva, mas requer uma redefinição da mirada, o investimento em uma figuração. A fronteira entre a proximidade da vizinhança e o distanciamento que não deixa as diferenças serem dissolvidas permite o “trabalho ético do espectador”, ou seja: o que antes estava dado, tipificado e registrado sob a forma de quadros hegemônicos é então tematizado, alterado e fissurado por uma leitura da cena que não estava prevista e cujo sentido escapa ao espectador.

## Considerações finais

Ao estudarmos os dispositivos de visibilidade que definem e impõem constrangimentos e cerceamentos aos modos como se constroem, na imagem, possibilidades de apresentação e de aparência de mulheres e famílias empobrecidas, centramos nossa atenção nos mecanismos de regulação do estatuto dos corpos representados e o tipo de atenção a eles conferida. Argumentamos que uma das dimensões da

política das imagens estaria na possibilidade de desconstruir enquadramentos pejorativos, recriando, pela desterritorialização o discurso e pela interação inusitada, contextos possíveis para a escuta de e demandas, ressaltando-lhes nuances e facetas até então desconsideradas. Desafiar a legitimidade de um enquadramento, permite tanto um processo de desidentificação com esquemas impostos de inteligibilidade da alteridade, quanto de reverberação da demanda por justiça ininterruptamente endereçada a nós pela singularidade do aparecimento do rosto e por seu apelo sensível (MARQUES, 2014).

Vimos que a mulher beneficiária do Programa Bolsa Família, sempre retratada em contextos domésticos e configurações familiares, não é vista como interlocutora pelo jornalismo, pelo Estado, pela sociedade de maneira geral. No contexto de uma esfera pública de discussão política e de implementação de políticas sociais, mulheres empobrecidas não são vistas como cidadãs e interlocutoras, mas majoritariamente como peças chave na engrenagem biopolítica de controle dos pobres. Essas mulheres e suas trajetórias são reduzidas a representações derivadas de uma perspectiva política elaborada por teóricos e agentes políticos que pouco conhecem as lutas que elas enfrentam todos os dias, suas especificidades e obstáculos ao alcance de direitos básicos. São representações que apagam a potencialidade autônoma de gestos, experiências e ações presentes no modo como as mulheres lutam cotidianamente para assegurar existências, vínculos, cuidados e as redes materiais e culturais que os tornam possíveis (LAUGIER, 2009; COLE, 2016). São imagens que tornam invisíveis os modos pelos quais as mulheres estão trabalhando a própria linguagem (emancipação), criando enunciados próprios (e não apenas se adequando a scripts discursivos cristalizados e subalternizantes) e reunindo signos capazes de contestar sua realidade social, além de impulsionar sua agência autônoma.

Assim, enquadramentos biopolíticos constituídos pelo fotojornalismo apresentam tanto traços de relações de violência (a violência da moldura reduz a agência dos sujeitos fotografados, aniquila possibilidades de resistência e oferta modelos exemplares de conduta) quanto traços de relações de poder: o sujeito retratado é alvo de um tipo de reconhecimento e descrito como empoderado, autônomo e emancipado (BUTLER, 2011). Sua capacidade de invenção e resistência parece preservado). É possível afirmar que as imagens aqui analisadas estão atadas a enquadramentos que não promovem instantes críticos capazes de perturbar e desafiar um certo estereótipo de pobreza reafirmado pela dimensão documental da fotografia jornalística. Vale ressaltar que, além da ideologia neoliberal reafirmada pelo conteúdo das imagens, as próprias determinações técnicas do dispositivo fotográfico preservam uma ideologia ligada à produção de um “efeito de real” (RANCIÈRE, 2013, p.65) ao não permitir a indecisão, cristalizando uma leitura homogênea das cenas e eliminando qualquer dúvida acerca do julgamento a ser emitido sobre as formas de vida figuradas nas imagens.

O governo biopolítico dos corpos coletivos atua justamente, argumentamos, na produção de enquadramentos que valorizam a emancipação preservando, ao mesmo tempo, o controle sobre as possibilidades de ser e existir em sociedade (preservando a passividade). Podemos nos perguntar, então, que tipo de processo emancipatório pode engendrar a mulher empobrecida e beneficiada pelo Bolsa-Família? É uma emancipação que enfrenta de fato a violência do enquadramento midiático, ou resulta de um falso reconhecimento das possibilidades de emancipação dessas mulheres? As políticas sociais do governo e suas narrativas propagandísticas e jornalísticas tendem a cercear a emancipação política das mulheres empobrecidas, acentuando formas de controle e desigualdade através de discursos que dão a ideia de valorização e protagonismo, mas que não reduzem os empecilhos à auto-realização e à emancipação.

## Referências

- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea** - Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v.3 n.1, 2011, p. 13-33.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. **Precarious Life**, London: Verso, 2004.
- BUTLER, Judith. "Rethinking Vulnerability and Resistance", in BUTLER, J.; GAMBETTI, Zeynep; SABSAY, Leticia. (orgs.) **Vulnerability in resistance**. London: Duke University Press, 2016.
- BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**. Crítica da violência ética. São Paulo: Autêntica, 2015.
- BUTLER, Judith. Repensar la vulnerabilidad y la resistencia. In: Simposio de la Asociación Internacional de Filósofas – IAPH, 15., Madrid. **Anais...** Madrid: IAPH, jun. 2014. p. 24-27.
- COLE, Alyson. All of us are vulnerable, but some are more vulnerable than others: the political ambiguity of vulnerability studies, an ambivalent critique, **Critical Horizons**, v.17, n.2, 2016, p. 260-277.
- FASSIN, Didier. and MEMMI, Dominique. (eds.). **Le gouvernement des corps**. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2004.
- FASSIN, Didier. Souffrir par le social, gouverner par l'écoute: une configuration sémantique de l'action publique, **Politix**, Paris, v.19, n.73, 2006, p. 137-157.
- FASSIN, Didier. Another politics of life is possible, **Theory, culture & society**, v.26, n.5, 2009, p. 44-60.
- FASSIN, Didier. Évaluer les vies : essai d'anthropologie biopolitique, **Cahiers internationaux de Sociologie**, v.128, n.1, 2010, p.105-115.
- FASSIN, Didier. **At the Heart of the State**: the moral world of institutions, London: Pluto Press, 2015.
- FERRARESE, Estelle. The vulnerable and the political: on the seeming impossibility of thinking vulnerability and the political together and its consequences, **Critical Horizons**, v.17, n.2, 2016, p. 224-239.
- FERRARESE, Estelle. Vulnerability: a concept with which to undo the world as it is? **Critical Horizons**, v.17, n.2, 2016, p.149-159.
- FINEMAN, Martha. Images of mothers in poverty discourses. *Duke Law Journal*, v.4, 1991, p.274-295.
- FINEMAN, Martha. Masking dependency: the political role of family rhetoric, **Virginia Law Review**, v.81, n.4, 1995, p. 2181-2215.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- FOUCAULT, Michel. Le jeu de Michel Foucault. Entrevista dada à revista Ornicar. In: **Dits et Écrits**, v.3 [1977], 1994, p.194-228.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: MOTA, Manoel Barros da

- (org.). **Ditos e escritos**, v.9: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p.118-140.
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ditos e Escritos IV**, Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1977] 2003, p.203-222.
- GEORGES, Isabel; SANTOS, Yumi. **As novas políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.
- LAUGIER, Sandra. L'autonomie et le souci du particulier. In: JOUAN, Marlène; LAUGIER, Sandra (dir.). **Comment penser l'autonomie? Entre compétences et dépendences**. Paris : PUF, 2009, p.407-432.
- MARQUES, Ângela. Política da imagem, subjetivação e cenas de dissenso, **Discursos Fotográficos**, v. 10, 2014, p. 61-86.
- MARQUES, Ângela. A política das imagens e a pobreza. Mulheres do Bolsa-Família no fotojornalismo entre 2003 e 2013, **Sur le Journalism**, v. 6, 2017, p.38-55.
- MARQUES, Ângela. O enquadramento biopolítico de pessoas empobrecidas: entre o governo dos corpos e a biopotência de modos de vida na imagem. **Eco-Pós** (UFRJ), v. 21, 2018, p. 460-485.
- MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos Pagu** (UNICAMP. Impresso), v. 43, 2014, p. 57-118.
- MATOS, Marlise. Democracia, sistema político brasileiro e a exclusão das mulheres: a urgência em se aprofundar estratégias de descolonização e despatriarcalização do Estado. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, v.7, 2015, p. 24-35.
- OKSALA, Johanna. O sujeito neoliberal do feminismo. In: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Maurício (orgs.). **Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas**: perspectivas foucaultianas. São Paulo: Intermeios, 2019, p.115-138.
- PERLINI, Tania. 2012. Le pacte moral comme condition d'existence du photojournalisme humanitaire. **Cahier ReMix**, nº 1, mai 2012. En ligne sur le site de l'Observatoire de l'imaginaire contemporain. <<http://oic.uqam.ca/fr/remix/le-pacte-moral-comme-condition-dexistence-du-photojournalisme-humanitaire>>.
- POIVERT, Michel. Destin de l'image performée. In : **La photographie contemporaine**. Paris: Flammarion, 2010, p. 209-235.
- RAGO, Margareth. Foucault, o neoliberalismo e as insurreições feministas. In: RAGO, Margareth; GALLO, Sílvio. (orgs.) **Michel Foucault e as insurreições**: é inútil revoltar-se?, São Paulo: Intermeios, 2017, p.363-374.
- RAGO, Margareth; PELEGRINI, Maurício (orgs.). **Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas**: perspectivas foucaultianas. São Paulo: Intermeios, 2019.
- RANCIÈRE, Jacques. Le coup double de l'art politisé: entretien avec Gabriel Rockhill. **Lignes**, v.1, n.19, 2006, p.141-164.

RANCIÈRE, Jacques. Le travail de l'image, **Multitudes**, n.28, 2007, p.195-210.

RANCIÈRE, Jacques. The method of equality: an answer to some questions. In: ROCKHILL, Gabriel; WATTS, Philip. (eds.). **Jacques Rancière: History, Politics, Aesthetics**. Duke University Press, 2009. p.273-288.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**, São Paulo: Martins Fontes, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **O destino das imagens**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

ROSA, Ana Paula da. Circulação: das múltiplas perspectivas de valor à valorização do visível. Texto apresentado no **VI Colóquio Semiótica das Mídias, CISECO**, Japaratinga – Alagoas, 2017, p.1-17.

ROSA, Ana Paula da. Visibilidade em fluxo: os níveis de circulação e apropriação midiática da imagem. **Interin**, v. 21, n.2, 2016, p.60-81.

SANTOS, Yumi Garcia dos. Família, trabalho e religião das mulheres assistidas em São Paulo. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v.44, n.152, 2014, p.400-421.

SANTOS, Yumi Garcia dos; ROSAS, Rocío Enríquez. Assistência e família na América Latina: vínculos sociais, intimidade e gênero. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 44, n.152, 2014, p. 264-269.

SANTOS, Yumi Garcia dos. Gênero, trabalho e cuidado: continuidades e descontinuidades. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 47, 2017, p. 386-752.

